

editorial
editorial

entrevista
interview

artigos submetidos
submitted papers

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!17

issn 2175-974x | ano 2018 year

semestre 02 semester



cidade e narrativa: discurso e direito à cidade nos espaços opacos

the city and narratives: speech and the right to the city in opaque spaces

anna paula vieira,
milton esteves junior

PT | EN

Anna Paula Ferraz Dias Vieira é arquiteta, Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Estuda direito à cidade, cultura marginal, luta por visibilidade.

Milton Esteves Junior é arquiteto, Doutor em História da Arquitetura, História da Cidade. Professor Associado da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenador dos Grupos de Pesquisa Conexão Vix e [Con]textos Urbanos. Estuda percepção, cognição e produção do território, planejamento urbano e qualidade do ambiente construído, assentamentos humanos e qualidade de vida.

Como citar esse texto: VIEIRA, A. P. F. D.; ESTEVES JÚNIOR, M. Cidade e Narrativa: Discurso e direito à cidade nos espaços opacos.V!RUS, São Carlos, n. 17, 2018. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=5&lang=pt>>. Acesso em: 16 Dez. 2018.

ARTIGO SUBMETIDO EM 28 DE AGOSTO DE 2018

Resumo

A cidade fragmentada territorializa desigualdades, legitimada por um discurso hegemônico que serve a ideias e valores dominantes. De seus espaços física e socialmente fracionados escolhe aqueles que ilumina, que aparecem na imagem da cidade do espetáculo, e aqueles que lançará à sombra e invisibilizará. Mitigando subjetividades e rejeitando comportamentos e discursos desviantes, constrói, molda, enquadra a cidade que deseja ser e mostrar. Nos limites onde cessa a visibilidade, a cidade está, porém, em contínua produção. A sombra que acoberta os territórios marginalizados, também os revela por escaparem suas práticas à compreensão do olhar totalizador. Por meio da cultura marginal, a periferia espalha sua sombra sobre as zonas iluminadas da cidade, pintando com sua subjetividade, dando novos sentidos, disputando seus espaços e discursos. Dos territórios periféricos emanam outras narrativas da cidade e despertam sentimentos de colaboração entre parceiros em situações e com opiniões semelhantes objetivando conquistar espaços em prol da participação cidadã. Sob aportes teóricos de Michel de Certeau e Milton Santos, principalmente, deseja-se debater a distribuição desigual do direito à fala e à visibilidade, e evidenciar as “maneiras de fazer” dos espaços opacos, que disputam a cidade e suas narrativas, permitindo que se lancem sobre ela novos olhares, que se contem outras histórias e que, assim, se expanda o direito sobre esta. Cumpre-se aqui apresentar o direito ao discurso como direito à cidade, traduzido em lutas efetivas e desconstrução de estigmas sociais.

Palavras-Chave: Narrativa, Espaço Luminoso, Opaco, Cidade, Marginal

1 Introdução

A cidade regida pela lógica econômica e social produtivista está em disputa. Sua configuração urbana vem resultando de processos historicamente marcados pela desigualdade de direitos e pela segregação socioespacial. Entendemos o conceito de configurações territoriais como a materialização das funções, dos usos e das usanças efetivadas no território, uma acepção que inclui tanto o espaço-materialidade quanto as ações dos sujeitos que neste se instalam e que sobre ele se referem. Tratamos, aqui, de fenômenos socioespaciais convertidos em territórios e em territorialidades vivenciais, bem como em narrativas destinadas a expressá-los e que nos fazem refletir sobre eles. Tratamos, portanto, de formulações e de fenômenos polifônicos e plurissígnicos que envolvem e demandam leituras polifônicas e dialógicas¹. A quantidade e a complexidade envolvidas no entendimento e expressão dessas questões exigem clivagem, aqui estabelecida na seleção de narrativas que se contrapõem ao discurso hegemônico, o qual se sustenta na distribuição assimétrica do direito à enunciação para ratificar os aparelhos produtores de situações nefastas como as citadas desigualdade e segregação socioespaciais.

Apesar da multiplicidade de formas e meios pelos quais a cidade se expressa e pode ser lida, sentida e interpretada, é perene a tentativa de impor-lhe uma marca por meio de um discurso que contenha, sintetize e uniformize sua identidade. Esta cria uma imagem daquilo que o discurso oficial deseja mostrar; constrói uma ideia de território a partir de um consenso que sombreia e invisibiliza o que diverge de tal imagem, que suprime aquilo que lhe possa pressupor dissenso. Ou seja, essa busca por uma imagem identitária da cidade promove um discurso que preza o harmônico e o consensual e suprime o divergente, o diverso, o conflituoso, o dissonante (PALLOMBINI *apud* VIEIRA, 2012).

Os modos de ver, vivenciar e narrar a cidade não admitem o consenso, pois fazem parte de processos de subjetivação (individuais ou coletivos) que variam a cada experiência. A cidade não é um todo homogêneo e indivisível; ela é composta por múltiplos e distintos componentes sociais e culturais; por conseguinte, ela se faz igualmente múltipla e diversa em cada uma de suas partes. A concepção discursiva hegemônica da cidade deriva de um discurso que ecoa e espalha uma imagem da cidade que, na maioria das vezes, vai de encontro a narrativas outras que querem se fazer ver. Narrativas outras compostas por experiências, corpos e vidas que também fazem parte da cidade e que dela falam, mas que, devido à hegemonia do discurso dominante, são obscurecidas e deslegitimadas, seja pelo não reconhecimento de sua cientificidade, seja por fatores socioculturais que marcam seus locutores (gênero, etnia, níveis socioeconômicos etc.), seja pelo território de origem destes. O discurso hegemônico anula aquilo que não consegue controlar, furtando seus movimentos, suas gingas e suas habilidades, limitando suas intensidades, enquadrando suas táticas e pintando de cinza suas cores vivas. Enunciado por locutores previamente definidos, invalida as demais vozes e narrativas para definir o curso da história e os modos como esta deve ser contada. Escolhe suas vozes das quais emana todo o saber e toda a consciência, ainda que de modo ilusório e falso (DEBORD, 1997).

Nos limiares da visibilidade, após as fronteiras duras e luminosas que dividem a cidade –centro-periferia, asfalto-morro, formal-informal–, há uma incessante produção que causa estranheza ao olhar totalizador (CERTEAU, 2014). Das áreas opacas², entre marginalizados social, econômica, cultural e geograficamente, emanam outros discursos sobre a cidade, que costumam ser obscurecidos ou calados ao serem considerados “irracional para usos hegemônicos” (SANTOS, 2006, p. 210). As zonas opacas assim o são porque sobre elas não se lança luz, porque não lhes é permitido aparecer, nem que suas manifestações de resistência cheguem à superfície. Sobre esses espaços, o olhar age predominantemente de modo instrumentalizado.

Esses espaços “impossíveis de gerir” (CERTEAU, 2014) são os que mais sofrem a violência do enquadramento na dura tentativa de imprimir-lhes uma identidade. Os movimentos de invisibilização dos espaços opacos se dão não apenas por sua negação, pelo apagamento do que é desvio, mas também pela imposição de um estereótipo. Os espaços opacos, identificados como territórios de pobreza, são usualmente vinculados a situações de violência, de exclusão e de falta (VIEIRA, 2012). A ênfase nesses aspectos negativos, decorrentes de um sistema ancorado na desigualdade, gera um afastamento em relação às áreas opacas da cidade, aprofundando as fronteiras que a divide e nublando o que nela se produz de diverso ao que se espera ali encontrar.

A miséria e escassez fazem parte do cotidiano dos espaços opacos, mas a solidariedade, a lida e a resistência também são marcas desses territórios da criatividade. A cultura é produzida abundantemente nas periferias³, mas são as vozes autorizadas que partem de fora delas, e não de dentro, que as legitimam ou criminalizam. As tentativas de invisibilização das áreas opacas não ocorrem sem que parta delas movimentos de resistência, não reativo, mas intrínsecos ao processo de espetacularização. É de dentro desse processo que a crítica, em forma de desvios e fissuras, se dá enquanto microrresistências (JACQUES, 2010). Dos territórios periféricos emanam outras narrativas da cidade, que disputam seus espaços e seus discursos, e despertam sentimentos

de colaboração entre parceiros em situações e com opiniões semelhantes objetivando conquistar espaços em prol da participação cidadã.

Nas áreas opacas da cidade presenciam-se ações táticas, tanto em suas maneiras de habitar as parcelas periféricas ou marginalizadas da cidade –modos de construir, adaptar, modificar a geografia e o habitat– quanto de circular na cidade, transpondo limites impostos e ocupando espaços e discursos. A cultura periférica, em suas diversas formas de manifestação –literatura marginal, *saraus*, *slams*, samba, funk, *rap*, hip hop, grafite...– atua como microrresistências aos processos de silenciamento impostos à periferia e ocupa rádios, praças, calçadas, escadarias e paredes. Desse modo, revela o dissenso, tensiona o espaço urbano disputando-o e distorcendo as relações de poder nele existentes, tornando novamente político o espaço espetacularizado pelo discurso: “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver” (LEFEBVRE, 2001, p. 22).

A narrativa da cultura marginal busca destruir o fundamento que legitima o discurso oficial para circulação das ideias, busca derrubar as hierarquias que definem aqueles que têm competência para falar e ser ouvido. O discurso “[...] não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). A cultura marginal periférica reivindica o seu lugar de narrador, conscientizando os sujeitos marginalizados de que podem, sim, dizer além do que lhes é autorizado; ela o faz questionando a autoridade de quem fala pelo outro, ao qual delega sua voz e acaba por vê-la reduzida e racionalizada. A cultura marginal emerge como ferramenta de empoderamento das áreas periféricas, tratando suas múltiplas versões da história como meio de sobrevivência desses espaços opacizados (BAPTISTA, 2001). Tematizam, em geral, a vida na periferia, reclamando o direito à voz e à construção do conhecimento por aqueles que não habitam os lugares da fala.

Os espaços periféricos, que sob um prisma hegemônico, seriam identificados por estigmas de violência, miséria e falta, em posse de seu lugar de narrador são ressignificados e valorizados: revelando sua intensa produção cultural; expondo a ginga com que seus corpos se movem na cidade formal e nas “quebradas”; enunciando sua capacidade de falar sobre o cotidiano vivenciado nas experiências subjetivas; relatando sobre suas lidas individuais e seus processos, mas também sobre a solidariedade entre seus moradores; denunciando e enfrentando a violência decorrente da desigualdade bem como dos aparelhos de captura, de vigilância e de controle.

A partir do estudo de narrativas marginais, pretende-se debater sobre o direito à cidade e aos instrumentos discursivos sobre a vida nesta. Partindo da hipótese da disputa pela cidade e pelo direito de sobre ela e nela se enunciar, deixou-se ser guiado pelas narrativas que emanam da cultura periférica como forma de compreensão da cidade a partir de um olhar não mais totalizador, mas um olhar outro, que conta uma outra história, e que colabora e amplia a produção de conhecimentos sobre a cidade e seu entendimento.

O discurso da cidade pacífica e harmoniosa tenta invisibilizar tanto porções geográficas do espaço urbano, como sua população, suas produções e lutas. Milton Santos (2007) amplia o conceito de território para mais além do que se resume ao espaço físico, expandindo-o para o lugar onde acontecem as ações, as paixões, os poderes, as forças, as fraquezas, ou seja, corresponde ao espaço onde o homem se manifesta e constrói sua existência. Fala-se, então, de territórios obscurecidos. Da tentativa de ocultação e apagamento de espaços, bem como dos modos de vida que abrigam, suas lutas, seus desafios, suas criações, a violência a que estão submetidos, ou seja, de tudo o que escapa e diverge ao discurso que afirma sobre a cidade e a pobreza tudo saber (VIEIRA, 2012).

Reside nos territórios obscurecidos uma intensa produção de cultura e de narrativas, que apesar de invisibilizadas e silenciadas, atuam desestabilizando o lugar de mero objeto que lhes é imposto, produzindo a própria cidade e também conhecimento sobre esta. A distribuição assimétrica do direito à cidade em espaço e discurso justifica a necessidade de acessar a vida nos territórios opacos a partir da ótica e das narrativas de seus moradores.

2 A narrativa a cidade e o direito a esta na ótica dos espaços opacos

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) tem testemunhado um grande crescimento dos movimentos relacionados à cultura marginal. Impulsionado pelo movimento hip hop, vê-se florescer numerosos coletivos que se organizam em torno da produção da literatura, da música, da rima, da dança, do grafite, etc. É crescente, também, o número de encontros gerados por essas manifestações, que todos os dias da semana ocupam os espaços públicos e institucionais com *saraus*, *slams*, batalhas de *rap* e de *break*, para citar alguns exemplos.

No intento de encontrar narrativas silenciadas sobre a cidade, buscou-se o movimento literário periférico, já conhecido de outros lugares do Brasil, em suas manifestações na RMGV. O encontro com a literatura marginal⁴, impulsionado pelo incômodo com o silenciamento dos territórios periféricos e com a vida que não se enquadra à imagem imposta pelo discurso oficial da cidade formal, disparou uma série de conexões e entradas em direção às narrativas produzidas pela população desses mesmos territórios. O Coletivo Literatura MarginalES, composto por jovens escritores da Grande Vitória, foi o primeiro acesso aos grupos dedicados à literatura marginal produzida na região. Rapidamente outras várias conexões se estabeleceram, e desse emaranhado formou-se uma rede de movimentos distintos, mas que convergiam tanto em seu conteúdo quanto em seus atores, e davam suporte à vontade de falar dos territórios e vidas silenciados. O encontro com esse primeiro coletivo de literatura marginal abriu caminho para uma série de outros encontros com grupos que praticam a palavra escrita e a oralidade dos saraus, *slams* e batalhas de hip hop.

Esses grupos não falam de localidades ou bairros específicos, mas se pronunciam, de modo geral, sobre as áreas opacas. A origem dos integrantes desses coletivos e dos participantes dos saraus e das batalhas é múltipla, são moradores de diferentes bairros dos diversos municípios da RMGV, mas o teor principal das falas tende a ser o mesmo: os modos de vida das áreas periféricas, a denúncia da privação dos direitos de participação e o desejo de visibilidade, o desejo da enunciação. Buscou-se acessar, por meio da literatura marginal, dos saraus e do hip hop, narrativas dissonantes advindas de espaços opacos, que revelassem outros modos de ser e viver na cidade, bem como fossem formas de resistência à invisibilidade e ao silêncio. Não apenas relatos descritivos, mas a própria experiência de tentar participar da produção do espaço e da vida urbana. Participou-se de grande número de eventos de cultura marginal e encontros que festegassem a oralidade narrativa, registrando suas falas e suas produções poéticas em tom de luta, desabafo, denúncia e celebração, bem como coletando as produções gráficas (fanzines, livros) de literatura marginal, buscando, desta forma, acessar outras narrativas que vêm sendo construídas e, também, obscurecidas sobre a cidade⁵.

O lugar de morada dos indivíduos exerce papel determinante para o exercício pleno da cidadania, permitindo ou não o acesso aos serviços públicos e à vida com urbanidade. O modelo desenvolvimentista urbano excluiu as camadas de menor renda da participação nos avanços do país. Trata-se de um modelo de desenvolvimento que institucionalizou a segregação socioespacial, por meio da qual se produz um espaço urbano que não apenas reflete as desigualdades, como também as reafirma e reproduz (MARICATO, 2002). A segregação socioespacial gera e reafirma a exclusão social, reservando à população dos espaços mais pobres uma inserção precária na cidade, mesmo quando espacialmente incluída nela, tal como relatado na poesia:

Aqui é Tão Tão Distante
Em Tão Tão Distante
Havia uma favela chamada Perto Daqui
Em Tão Tão Distante tinha tudo
Saúde, educação, lazer
Arte e cultura pros irmão
Mas em Perto Daqui
Não tinha saúde, não tinha lazer, não tinha educação
Tinha muito enquadro de polícia, tiro e exploração
Faltava arroz, faltava feijão
Aqui é Tão Tão Distante
E Tão Tão Distante é perto daqui
(Slam Botocudos, 27 de abril de 2017)

Essa poesia, recitada em uma batalha poética do Slam Botocudos, evento de cultura marginal da Grande Vitória, evidencia a dimensão do que é viver e sobreviver nos espaços urbanos reservados aos pobres. Os fragmentos de uma cidade múltipla e segregada, capazes de se tocar devido à proximidade espacial, se separam pela fronteira dura da prática do poder, onde realidades tão diversas são confrontadas de tal modo que a desvantagem de um se traduz na vantagem do outro. Na poesia, o “Tão Tão Distante” e o “Perto Daqui” revelam a constituição do espaço geográfico da cidade. A qualidade de vida almejada pela periferia – que inclui acesso à saúde, a educação, o lazer, a cultura, a alimentação, a segurança – está muito distante apesar de ser desfrutada logo ao lado. Essa narrativa retrata o modelo segregacionista das cidades brasileiras, frequentemente denunciado por aqueles que vivem na ilegalidade devido à exclusão socioespacial.

Tal ilegalidade torna-se funcional, pois a partir dela se sustentam relações políticas arcaicas, trocas de favores e clientelismos, com vistas à especulação imobiliária e à aplicação arbitrária da lei (MARICATO, 2002). A narrativa denuncia ainda a violência sofrida cotidianamente nas periferias, pela presença opressora do Estado ou por sua indiferença ante a verdadeira guerra civil que acontece em nossas cidades; revela um inconformismo diante do tratamento desigual direcionado aos diferentes espaços urbanos, tal como nos trechos poéticos abaixo:

Nós somos sentenciados e nem é no judiciário
Esse é o eco dos bueiros que invade o bairro nobre
Infelizmente lá também não sobem as tropas de choque
Só presta pra subir morro
Matar bandido que é pobre
Enquadrando morador
Forjando que vão apreender revolver
"Levanta a mão! Olha pra parede!"
(Gnom, Sarau Emprete-Sendo, 30 de maio de 2017)

Um homem comum
Metete uma ação
E fica na cadeia até virar carcaça
Um engravatado rouba uma nação
E a maior punição é ficar preso dentro da própria casa
(Projeto Boca a Boca, 12 de maio de 2017)

As poesias acima expõem as distintas abordagens relativas e proporcionais à desigualdade socioespacial, seja na forma com que a força de segurança se apresenta, seja nos instrumentos punição que essa pressupõe. A polícia se configura, dessa forma, como um aparelho de manutenção da segregação socioespacial, necessária aos processos de dominação pelo tratamento diferenciado que concede às diferentes camadas sociais (MOASSAB, 2011). Medo para uns, segurança para outros, a polícia representa um instrumento de controle social do Estado contra a classe de "criminosos natos", entenda-se: favelados, pobres, negros. A revelação do tratamento violento da polícia vem acompanhada de uma crítica ao tipo de urbanização realizada nos territórios obscurecidos. Para essa população resta apenas a defesa por meio das denúncias possíveis.

E eles encheram a favela de pracinha
Apenas pra facilitar o quadro
E boy nenhum pode falar de favela
Pois ele não convive com a morte do seu lado
(Sarau Emprete-Sendo, 20 de junho 2017)

A presença do Estado nesses territórios é precária e ineficiente. Em muitas ocasiões, menciona-se a falta de saneamento nos territórios de pobreza, destacando a dificuldade de acesso à água tratada e ao esgoto:

E eu tenho sede
Mas não é mais de sangue
Não é mais de sangue
Só da água potável
Que nunca chegou em cima do morro
(Sarau Emprete-Sendo, 30 de maio de 2017)

Aqui não tem a riqueza, mas tem a beleza de ser feliz
Feliz, feliz
Aqui o banquete nos faz das migalhas que o Estado fornece pra ser feliz
Infeliz
Rua de barro
Morro
Esgoto a céu aberto
(Slam Botocudos/Sarau Emprete-Sendo, Casa da Barão, Centro, Vitória, 27 de julho de 2017)

Segundo a Cesan (Companhia Espírito Santense de Saneamento), em 2016 o município de Vitória tinha 88,7% de cobertura da rede de esgoto, sendo aproximadamente 69,6% da população da capital conectada à rede⁶. Apesar de Vitória apresentar a melhor situação em rede de saneamento entre os municípios da Região Metropolitana, ainda está longe do ideal. As regiões não atendidas pelo sistema de esgotamento sanitário da capital (32 dos 79 bairros) se localizam nos morros e bairros da periferia, principalmente da baía noroeste, como demonstra imagem abaixo, de um levantamento periodístico realizado, e conforme denunciam as narrativas periféricas. O mapa apresentado abaixo (Figura 1), apresenta a cobertura da rede de esgoto e os locais de lançamento das águas servidas no município de Vitória subdividida em bairros; a seguir, na Figura 2, que destaca a topografia do município, nota-se que os bairros não servidos ou servidos precariamente pela citada rede de esgoto, encontram-se principalmente nos morros e bairros periféricos.

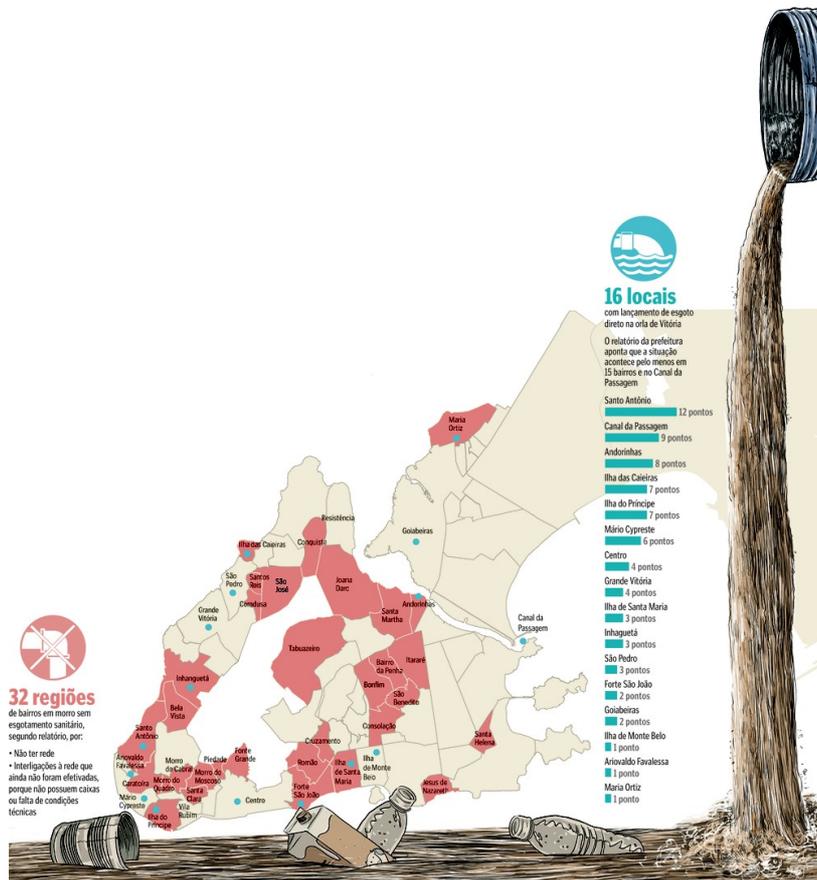


Fig. 1: Mapa de Vitória indicando regiões sem cobertura da rede de esgoto e os locais de lançamento desse esgoto na orla da capital capixaba. Fonte: SÁ; VERLI, 2017, s.p.

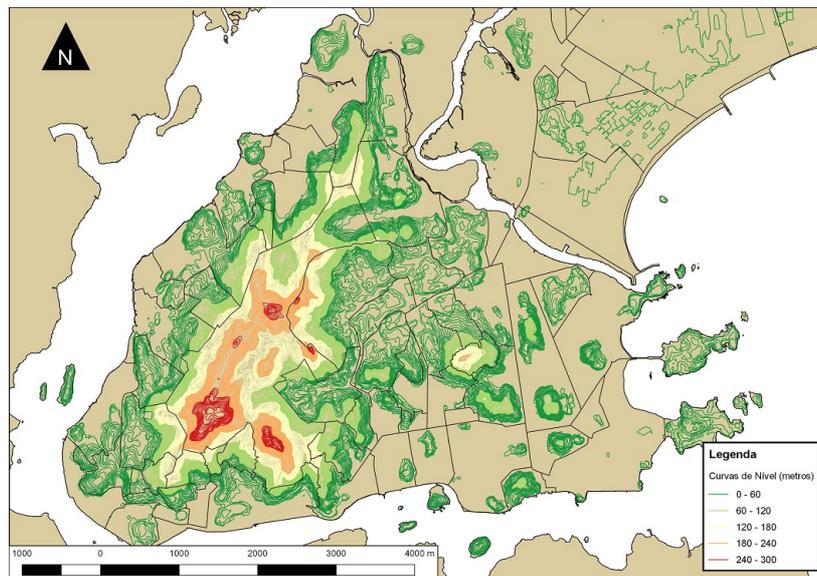


Fig. 2: Mapa Topográfico Altimétrico de Vitória. Fonte: Acervo Pessoal (desenvolvido a partir de base de dados da Prefeitura Municipal de Vitória, ES).

As regiões onde o acesso aos serviços de saneamento básico e água são mais precários, como pode ser observado nos mapas, são também as áreas onde se situa a população com menor renda e onde há a maior concentração da população negra e parda da capital. Os mapas a seguir (Figuras 3 e 4) demonstram a distribuição socioespacial desigual estruturante da cidade de Vitória, baseada na segregação e na concentração de terras das camadas altas da sociedade, reservando aos pobres, negros e excluídos o assentamento em áreas irregulares, de difícil acesso, carentes de infraestrutura e da presença do Estado.

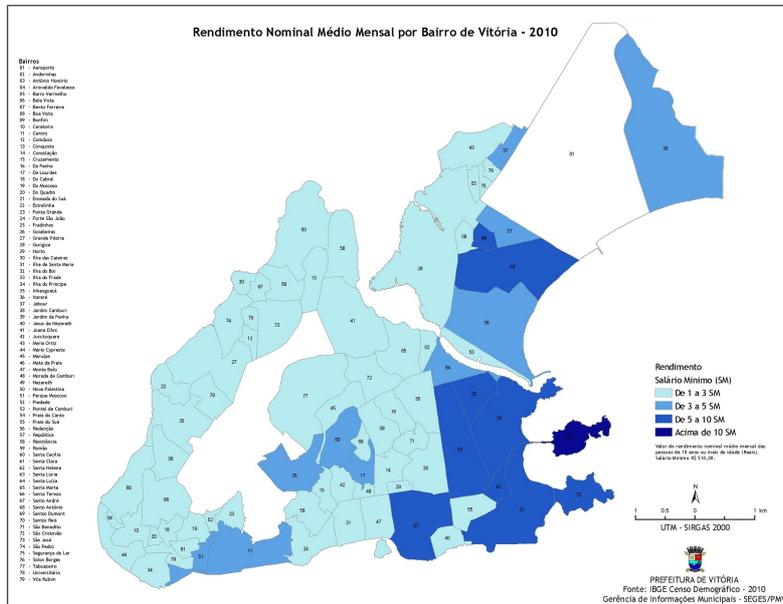


Fig. 3: Rendimento Nominal Médio Mensal por Bairro de Vitória 2010. Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2010.

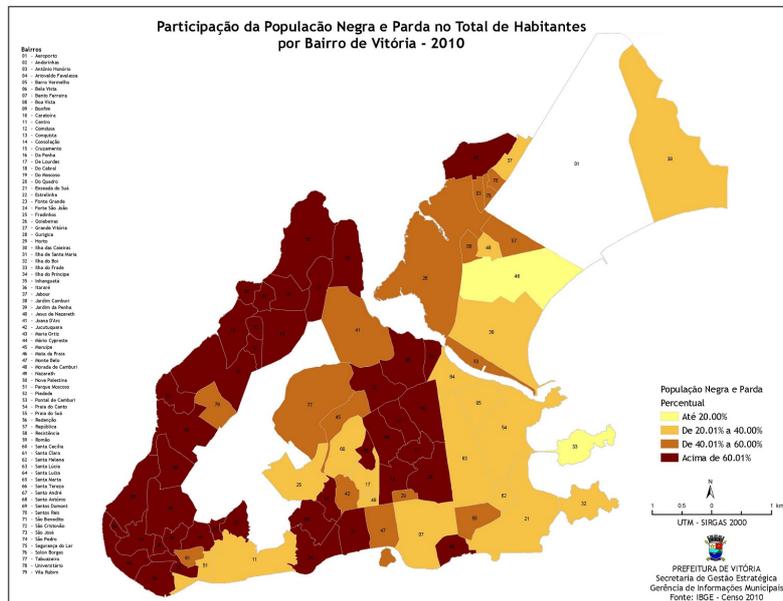


Fig. 4: Participação da População Negra e Parda no Total de Habitantes por Bairro de Vitória 2010. Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2010.

A vida nesses espaços é narrada nas poesias marginais e nos *raps*, que retratam a batalha pela sobrevivência cotidiana, bem como as relações dentro das comunidades. Versam sobre a luta que pressupõe existir na cidade desigual, nos espaços ocultados pelos instrumentos políticos e seus discursos ideológicos, os quais detêm o domínio do espaço urbano.

A construção discursiva e simbólica do que é “cidade” e “periferia” torna a cidadania um privilégio e não um direito, encobrindo a cidade real com a cidade que se quer ver (MARICATO, 2001). Com base no ideário de cidade forjado hegemonicamente, a periferia é tida unicamente como o lugar da violência, da criminalidade, da falta de recursos, de infraestrutura e de cultura, configura, portanto, uma não-cidade dentro da cidade (MOASSAB, 2011).

A imagem da cidade pacífica e democrática oculta os processos segregacionistas e excludentes que constituem o urbano, bem como os conflitos provocados pela desigualdade. A desconstrução dessa imagem tendenciosa é fundamental à busca de um espaço urbano menos desigual. Nesse sentido, as narrativas marginais da literatura, do *rap* e da arte da periferia têm importante papel na exposição do processo histórico de exclusão, assim como para ressignificação da cidade. As manifestações artísticas fazem emergir um intenso debate sobre as profundas desigualdades sociais e urbanas da periferia, buscando caminhos para reversão desse quadro.

Porque eu escrevo letra que retrata a nossa realidade
Que vai do descaso social à criminalidade
Atuante em lugar onde ninguém, ninguém
Ninguém quer entrar
(Sarau Quebrando o Silêncio, 19 de setembro de 2017)

São travadas, dessa forma, batalhas para a desconstrução da carga simbólica pejorativa que sempre pesou sobre os moradores das regiões pobres; bem como para o reconhecimento de suas manifestações culturais e do saber por essas produzido, a partir de uma legitimação interna. Para enfrentar os desdobramentos da histórica segregação espacial (tais como violência e infraestrutura precária, já citadas), o que se vê nos espaços periféricos é uma intensa relação de cooperatividade e de responsabilidade com o próximo, reforçando a importância das citadas redes de colaboração e participação; o que se vê é uma diversificada e crescente produção cultural acompanhada de iniciativas empreendedoras. Ou seja, trata-se de uma periferia que se diferencia muito da imagem que o discurso hegemônico tenta enquadrar. Como nos trechos narrados em destaque abaixo:

Lá o coletivo é de vizinhos enchendo a laje
E como dizia Gaspar um povo "quem tem cor age"
(Trecho da música #VocêsFizeramDissCriminação de Diego Cavaleiro Andante)

As narrativas marginais operam na contramão dos instrumentos de dominação, reformulando simbolicamente as periferias. Disputam a cidade em seus espaços; ocupam a cidade por meio de seu discurso. Travam-se batalhas contra uma produção de cidade pautada na dominação e no lucro, contra modelo segregacionista legitimado cotidianamente que define o lugar no qual os excluídos devem ficar e reforça o estabelecimento da escassez por meio de discurso amplamente repetido (muitas vezes silenciosamente) por toda a sociedade.

A cultura marginal de periferia denuncia uma cidade distante, apesar de estar "Perto Daqui". As narrativas marginais colocam-se como instrumento para a democratização do discurso que fala dos espaços opacos, reconfigurando-os simbolicamente e endogenamente, resignificando a condição de seus habitantes como cidadãos que, de fato, o são. No grito, reivindicam sua existência para não serem apagados.

E falar de onde eu moro
Dá muita emoção
Pois enquanto eu existir
A favela não vai tá em extinção
(Marquin, Slam Botocudos, 27 de abril de 2017)

3 À guisa de conclusão

Este trabalho enfrenta o desafio de ir ao encontro da vida experimentada no interior de uma realidade pouco visível, aproximando-se de manifestações que tentam romper as fronteiras que dividem a cidade e de sujeitos que vivem suas vidas como atos de resistência ao habitá-la e ao narrá-la. As narrativas ocuparam o trabalho convertendo-o num instrumento que versa sobre a vida nos espaços opacos. A voz pouco audível dos sujeitos opacizados, desta forma, ocupa as páginas da produção acadêmica, espaço esse ainda pouco acessível aos territórios periféricos e seus discursos, expondo a vida cotidiana da sua ilegalidade no espaço urbano, participando da construção de uma outra história da cidade, que abarque, também, o ponto de vista dos excluídos, e expanda o conhecimento e o direito sobre a mesma.

Nas fissuras da cidade enquadrada nos limites definidos por políticas socioeconômicas, atuam as táticas daqueles que são impedidos de participar de uma justa partilha de direitos, de serem vistos e de terem suas vozes ouvidas. Com a problematização da cidade a partir da cultura marginal, ou seja, dos territórios invisibilizados e silenciados, busca-se "inverter a bússola para a periferia", como afirma Sérgio Vaz (BRUM, 2009); colocando o ponto de vista dos vencidos no centro de visibilidade. Escovando a "história a contrapelo" (BENJAMIN, 1985, p. 157), em oposição ao discurso oficial e dominante que oculta aquilo que foge às suas normativas, busca-se discutir o direito sobre a cidade e formular novos contornos na luta por participação e visibilidade. Busca denunciar a marginalização e a exclusão social dos territórios periféricos, defender o direito de uma vida digna na cidade em oposição à segregação socioespacial legitimada por aparelhos legais. Adota-se, portanto, um movimento de inversão da lógica que dita a produção do conhecimento, questionando o lugar dos sujeitos e espaços autorizados, e colocando-se à escuta dos discursos dos marginalizados, criminalizados e condenados à partir de seu território de origem.

O saber acadêmico legitimado, via de regra, se distancia da vida produzida nos territórios obscurecidos. Fala destes sem compreendê-los porque não os experimenta, analisando-os a partir de fora, e desclassificando os

saberes produzidos neles, estigmatizando-os sob o signo de “popular”, sem valor científico. O lugar dos territórios marginais no conhecimento científico é, usualmente, o de objeto de estudo; embora nos faltem dados numéricos concretos, podem-se ver multiplicarem as pesquisas que se debruçam sobre esses espaços. A presença da universidade nas periferias é frequente e vem carregada com o peso da instrumentalização do saber, das falas, com pesquisas cujos resultados dificilmente retornam aos sujeitos que as alimentaram.

Do encontro com as narrativas marginalizadas dos territórios opacos desacortinou-se muito mais que um desejo de existência, mas de participação; de ser cidade e fazer parte dela. Em um trabalho de muitas mãos e vozes, pela colaboração buscou-se trazer a superfície um discurso sombreado, que produz conhecimento sobre uma cidade muitas vezes negada a partir de pontos de vistas e experiências outras. Desse encontro reconfiguraram-se arranjos, questionaram-se lugares de poder e fala ocupados e se fez emergirem os saberes produzidos e coparticipados por aqueles impedidos de tomarem parte na partilha de direitos.

A partir do encontro com essas narrativas, falou-se dos territórios obscurecidos na lógica segregacionista estruturante dos espaços urbanos das cidades brasileiras, abordando-se o caso específico da Região Metropolitana da Grande Vitória. Não há conclusão que encerre as questões aqui levantadas ou, muito menos, que esgotem as narrativas encontradas. A narrativa é aberta, permite múltiplas abordagens, traz à tona muitas outras periferias além das que se pode aqui visibilizar.

Referências

BAPTISTA, L. A. S. A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. In: MACIEL, I. M. (Org.). **Psicologia e Educação: novos caminhos para a formação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001. p. 195-209.

BENJAMIN, W. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, F. R. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1985.

BRUM, E. Colecionador de Pedras. **Época**. 6 Mar. 2009. [online] Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT63130-15228-63130-3934,00.html>>. Acesso em: 18 Out. 2018.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2014.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERRÉZ. Terrorismo Literário. In: FERRÉZ. A cultura da periferia: Ato II. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, n. 2, p. 2, 2002. Caderno Especial.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

JACQUES, P. B. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. (Org.). **Corporidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 106-119.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5a. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002. (Coleção Zero à Esquerda)

MARICATO, E. **Brasil, Cidades**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOASSAB, A. **Brasil periferia(s): A comunicação insurgente do hip-hop**. São Paulo: EDUC, 2011.

PIRES, V. L.; KNOLL, G. F.; CABRAL, É. Dialogismo e polifonia: dos conceitos à análise de um artigo de opinião. In: PIRES, V. L.; KNOLL, G. F.; CABRAL, É. **Letras de Hoje**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 51, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/21707>>. Acesso em: 23 Out. 2018.

SÁ, C.; VERLI, C. Cerca de 125 mil ainda jogam esgoto no mar de Vitória. **G1**. 15 mai. 2017. [online] Disponível em: <<https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/cerca-de-125-mil-ainda-jogam-esgoto-no-mar-de-vitoria.ghtml>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: BECKER, B.; SANTOS, M. (Orgs.). **Território, Territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial.** 3a. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.12-21.

VIEIRA, L. F. D. **Vida no Forte São João e a tecedura de políticas: acompanhando a produção de redes. 2012.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2012.

1 Conceitos como polifonia e dialogismo podem ser considerados como propriedades constitutivas de todo discurso, estão presentes em qualquer enunciação. Portanto, são basilares para as reflexões sobre relações intersemióticas e formas de expressão intertextuais aqui processadas, que objetivam analisar interações de linguagens e de meios comunicacionais que não se enquadram no monologismo, também entendido como discurso oficial ou hegemônico. Nesse sentido, o pequeno extrato do artigo "Dialogismo e polifonia: dos conceitos à análise de um artigo de opinião" é esclarecedor: "Se o monologismo nos faz perceber que 'o outro nunca é outra consciência, é mero objeto da consciência de um eu que tudo informa e comanda' (BEZERRA, 2007, p. 192); o dialogismo, por sua vez, situa-nos e nos conscientiza que 'nenhuma significação se instaura, em nenhum evento concreto, sem a presença de, no mínimo, dois centros de valor' (TEZZA, 2003, p. 232); já a polifonia é a ânsia de um mundo 'no qual a multiplicidade de vozes plenivalentes e de consciências independentes e não fundíveis tem direito de cidadania – vozes e consciências que circulam e interagem num diálogo infinito' (FARACO, 2009, p. 77)" (PIRES; KNOLL; CABRAL, 2016).

2 O geógrafo Milton Santos (2006) usa a ideia de áreas opacas em oposição às áreas luminosas da cidade. As áreas luminosas seriam os espaços racionados e racionalizadores, organizados e dotados de densidade técnica e informacional. As áreas opacas, por sua vez, seriam aquelas onde essas características estariam ausentes, mais aproximados com espaços de afetividade, criatividade. Lançamos mão das mesmas adjetivações para, metaforicamente, denominar os discursos como luminosos e opacos, segundo sua proveniência e de seus enunciadores. Cabe destacar, ainda, que utilizamos diversas denominações como zonas, áreas ou espaços para essas adjetivações sem preocupação em diferenciar essas categorias.

3 Falar em periferia neste trabalho é referir-se aos espaços marginalizados, excluídos da cidade, não necessariamente em uma periferia física. A marginalização que os territórios opacos e sua população são submetidos é muitas vezes assumida e ressignificada para a criação do novo, do próprio, de autêntico, sob esse signo.

4 Terminologia apresentada por Ferréz no lançamento de seu livro *Capão Pecado* (2000) é definida pelo autor como "uma literatura feita pelas minorias, sejam elas raciais ou socioeconômicas. Literatura feita à margem dos núcleos centrais do saber e da grande cultura nacional, ou seja, os de grande poder aquisitivo" (FERRÉZ, 2002, s.p.).

5 Os trechos narrativos transcritos estão identificados pelo evento em que foram enunciados. Não há a identificação dos participantes conforme assegura as normativas da Resolução CNS 510/2016 acerca de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. É garantido, porém, aos autores o direito autoral sobre as rimas e poesias, estando expostas em algumas poesias a pedido dos mesmos.

6 Matéria de 15 de maio de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/cerca-de-125-mil-ainda-jogam-esgoto-no-mar-de-vitoria.ghtml>>. Acesso em 23 Mai. 2018.